

AULAS FORA DA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE O TURISMO PEDAGÓGICO EM PROGRAMAS ESTADUAIS DO PARANÁ E NO PROJETO DE LEI NACIONAL

**Classes out of school: reflections on educational
tourism in state programs of Paraná and the national bill**

Elizabete Sayuri Kushano¹

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Turismo (UFPR). Pesquisadora em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da UFPR Setor Litoral. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3076-3514>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0012178721094020>

Resumo

As raízes históricas do turismo pedagógico tem relação com o grand tour, período que os jovens aristocratas realizavam as viagens com o propósito cultural. Na contemporaneidade, o turismo pedagógico está presente no cotidiano escolar, sobretudo das escolas particulares de ensino. Assim, espera-se que leis, programas e projetos de políticas públicas suprimam essa realidade, possibilitando aos estudantes das escolas públicas que possam participar das aulas passeio e estudos do meio. O presente manuscrito teve como objetivo geral refletir sobre a importância do turismo pedagógico (turismo educacional ou turismo educativo), como uma possibilidade de realizar aulas memoráveis junto aos estudantes. Além disso, discutiu a importância das aulas fora da escola serem acessadas por crianças e adolescentes de todas as classes sociais. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, descreveu-se três programas estaduais do Paraná e um projeto de lei em nível nacional acerca do tema, para analisar os aspectos de inclusão social dos mesmos. Os resultados apontaram que ainda há um caminho a ser percorrido para que efetivamente se tenha um turismo pedagógico oportunizado para todos, em especial, a todas as crianças e adolescentes de escolas públicas.

Palavras-chave: Educação; aulas-passeio; estudo do Meio; turismo educativo; turismo para crianças.

Abstract

The historical roots of educational tourism are linked to the Grand Tour, a period during which young aristocrats traveled for cultural enrichment. In contemporary times, pedagogical tourism has become integral to daily school life, particularly in private institutions. Consequently, laws, programs, and public policy initiatives aim to address this disparity, enabling public school students to engage in classes, trips, and environmental studies. The primary objective of this manuscript is to reflect on the significance of pedagogical tourism and the potential for creating memorable learning experiences for students. It also discusses the necessity for out-of-school classes to be accessible to children and adolescents from all social backgrounds. Through bibliographical and documentary research, this study describes three state programs in Paraná and a national legislative proposal related to the topic, analyzing their aspects of social inclusion. The findings indicate that there is still a long way to go in effectively providing pedagogical tourism opportunities for all children and teenagers, particularly those in public schools.

Keywords: Education; tour classes; environmental studies; educational tourism; tourism for children.

Introdução

Pensar a aula no contexto brasileiro dos tempos contemporâneos perpassa uma série de conjunturas, especialmente relacionadas às questões sociais, que se interligam aos aspectos econômicos, históricos, políticos, entre outros.

A aula como um acontecimento, uma experiência memorável, é frequente no cotidiano das escolas? Quais estratégias um (a) educador (a) costuma utilizar para interagir com os alunos, estando em um ambiente fechado, com seu jaleco branco, um giz e um quadro verde?

Alunos esses que, em sua maioria, estão desde bebês interagindo com telas coloridas e com o movimento do touch inerentes em seus pequeninos dedos e olhares. Os outrora bebês que, já adolescentes, se formos pensar na geração Alpha (nascidos após 2010), tem como hábito passar horas em jogos online, ouvindo música e dizendo estarem estudando para as provas; ou seja, repletos de estímulos visuais e tecnológicos.

Como realizar o processo educativo desses estudantes para uma aprendizagem que lhes despertem para um mundo de descobertas e realidades diversas? Muitos educadores se perguntam e realizam, mesmo com as limitações impostas, aulas como acontecimento, a partir de diversas ferramentas (sejam elas de capital físico, estrutural e, especialmente, humano), entre uma das quais, pode se inserir a realização das aulas-passeio e estudos do meio, como complementares às aulas em sala, potencializando, assim, o extraordinário do ordinário, no cotidiano escolar.

O presente texto não pretende responder às perguntas lançadas nessa introdução. Porém, tem como objetivo principal apresentar o turismo pedagógico, como uma possibilidade de realizar aulas complementares e memoráveis junto aos estudantes. No entanto, essa mesma prática parece ainda precisar estar mais conectada às questões éticas e políticas, para serem uma realidade a todos os estudantes brasileiros, especialmente falando de crianças e adolescentes que frequentam as escolas públicas.

Para aclarar sobre o assunto, o manuscrito apresenta as raízes históricas do turismo pedagógico, os principais conceitos acerca do mesmo e descreve três programas públicos atuais no Estado do Paraná, bem como um projeto de lei em nível nacional, direcionados ao tema.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, exploratória e como procedimento metodológico, tem-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, resultando em análises sob o prisma da Epistemologia do Turismo², bem como dos Estudos da Infância³.

2 Estudo do conhecimento do Turismo, enquanto fenômeno social e atividade econômica, cultural, política, ambiental, entre outras (Urry 1999; Krippendorf 2000; Swarbrooke 2000; Barreto 1998).

3 Infância como conceito polissêmico, plural (infâncias), histórica, cultural, sociológica e geográfica (Aries 1981; Sarmiento 2013; Prout 2005; Lopes 2008).

1. Raízes históricas do Turismo Pedagógico e principais conceitos acerca da tipologia

No final do século 17 e durante o século 18, as viagens aristocráticas pelo continente europeu eram consideradas componentes da educação dos jovens, que abastados de tempo e dinheiro, exerciam o fascínio pelo mundo das Artes, da História e dos elementos das estéticas da paisagem. Além disso, era interesse dos pais que seus filhos aprendessem pelo menos um idioma/língua estrangeira durante suas incursões.

Nesse sentido, pode-se dizer que as principais evidências da realização de viagem de cunho educacional datam do século XVIII, praticadas inicialmente por jovens aristocratas ingleses aos principais centros culturais da Europa, com o objetivo de aperfeiçoar seus estudos para seguir e consolidar uma carreira profissional. Essas viagens recebiam o nome de “viagens de estudo” e eram caracterizadas pela presença de ilustres preceptores (Bonfim 2010).

A categoria dos *grand tourists* se engendrava no contexto do Iluminismo e da Revolução Industrial na Europa. No entanto, há que se buscar compreender que aquela época as viagens eram sobretudo demoradas, carecendo de infraestrutura para os componentes básicos dos deslocamentos turísticos contemporâneos, em especial quanto ao setor de transportes.

Dispondo de tempo, vivenciando a paisagem no que hoje poderíamos dizer “em passos lentos” ou o *slow travel*, o *grand tourist* se esmerava em fazer as anotações detalhadas das viagens em seus diários de bordo. Era desejável quando as memórias e experiências de viagens eram publicadas, geralmente em livros, o que aumentava o status do *grand tourist* e os potenciais viajantes a realizar similar incursão. Assim, se esperava que a viagem exercesse um papel primordial na educação cognitiva e perceptiva da classe alta, especialmente a inglesa (Urry 1999).

A partir de relatos de viajantes à Itália, como o do alemão Goethe, tem-se uma ideia do tempo, pois muitos passavam um ano ou mais em um *grand tour*; também, dos objetivos dos jovens membros da nobreza ao viajarem, além de seus escritos, muitos desses populares a época e considerados clássicos.

Já no final do século 18, o *grand tour* estava estabelecido entre os filhos da classe média urbana, formada por burgueses prósperos e emergentes do setor de serviços (Salgueiro 2002).

O século 19 aponta para uma transformação das viagens no sentido do encurtamento das mesmas, com o advento dos barcos a vapor e os trens de ferro. As grandes transformações vieram após a Revolução Industrial, com a criação de uma classe média, um aumento do tempo livre ocasionando as grandes viagens turísticas da elite. De fato, o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor inserido no processo da Revolução Industrial é um marco para o turismo moderno.

2. Turismo Pedagógico: conceitos e reflexões

Propor uma reflexão e ação sobre a concepção de aula como um espaço de criatividade, interação e de produção de sentidos, em discordância à visão tradicional de aula como transmissão de conteúdo é um desafio. Para Geraldi (2010), a aula deve ser um acontecimento, um evento singular, imprevisível e transformador, que envolve os sujeitos falantes (professores e alunos) em uma relação dialógica e problematizadora.

A Educação, como vaticinou Freire (2001), ainda precisa ser reconhecida como processo de conhecimento, de formação política, de manifestação ética, de procura da boniteza, de capacitação científica e técnica, e para tanto, ela é também movimento e luta. Movimento e luta pois, “a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.” (Dourado e Oliveira 2009, 202).

Nesse sentido, parece haver também a questão do que é costumeiro e do que é extraordinário no cotidiano escolar. Como menciona Lefebvre (1984, 51), o cotidiano é abrangente e refere-se a um espaço-tempo fundamental para a vida humana. Nele acontecem as atividades repetitivas, rotineiras, triviais, como também a possibilidade de encontrar o inesperado, onde há margem para a inovação, onde se pode alcançar o “[...]extraordinário do ordinário”.

Uma das possibilidades de ensino e aprendizagem como acontecimento são as aulas-passeio de Freinet (1977) e o estudo do meio, em que pese que para alguns autores, esses dois conceitos são sinônimos.

A aula-passeio ou aula das descobertas ou ainda estudo do meio ou de campo é uma atividade que prioriza a relação entre o aluno e o ambiente, pois se compreende que o contato com diferentes espaços favorece aprendizagens aos alunos em diferentes áreas temáticas (Vergopolan et al 2016). Tais aulas exigem planejamento, organização, método e prolongamento, para não perder o rumo pedagógico inicial. Elas devem possuir algum elemento lúdico e de descontração, para que os alunos possam aprender com diversão.

A aula-passeio na pedagogia de Freinet é um recurso pedagógico que visa à compreensão da relação teoria e prática, a produção do sentido pessoal humanizador nas atividades realizadas em sala e a construção de novas formas de pensar e agir sobre o mundo, o que inclui o pensar e agir no espaço da escola (Barro e Vieira 2019).

Com relação ao estudo do meio, o aluno expressa o desejo de compreender o espaço do qual faz parte ou os espaços mais distantes, que aguçam o seu desejo de conhecer. É partindo de referências que estão sendo construídas no processo de apreensão daquela realidade, fazendo comparações, que as crianças e os adolescentes conseguem essa compreensão (Pontuschka 2004).

E o que seria o meio?

O meio é toda aquela realidade física, biológica, humana que rodeia os alunos, estando ligados a ele de uma maneira direta, através da experiência e com a qual estavam em intercâmbio permanente. Não se pode, portanto, precisar os limites do meio, porque à medida que a criança cresce seus relacionamentos com a realidade que a rodeia se tornam imperiosos. O meio é cada vez mais amplo, se estende: meu quintal minha rua, meu bairro, meu lugarejo, os arredores do meu lugarejo (Nidelcoff 1979, 10).

Na prática presenciamos uma popularização do termo estudo do meio, sem uma reflexão consistente. Assim, são considerados estudos do meio desde uma saída de alunos e professores cujo objetivo principal seja o entretenimento até trabalhos interdisciplinares que demandem pesquisas de campo, bibliográfica, iconográfica, que naturalmente demandam mais tempo de trabalho individual e coletivo (Pontuschka 2005). Importa saber que o termo ‘estudo do meio’ também é comumente utilizado pelas agências de turismo pedagógico pelo Brasil afora.

O turismo pedagógico é assim chamado, devido a sua característica peculiar de ocorrer no período letivo e não no período de férias como em outros segmentos convencionais. Sendo assim, é definido como “uma modalidade de turismo que serve às

escolas, em suas atividades educativas” (Andriolo e Faustino 1999, 165). Em algumas nações é comum o termo turismo estudantil ser utilizado como sinônimo de turismo pedagógico, outras vezes mais relacionados a viagens estudantis para formaturas e outros tipos de eventos. O Ministério do Turismo (2010) destaca o termo turismo de estudos e de intercâmbios, relacionando ao turismo pedagógico, ao turismo estudantil, bem como ao turismo de intercâmbios, esse último, geralmente em países diferentes, com ênfase nos estudos de língua estrangeira e cursos de formação.

Especificamente sobre o turismo pedagógico, Lima (2014, 209), a partir de uma análise bibliográfica, chegou ao seguinte conceito:

É uma atividade / prática pedagógica / educativa / educacional que envolve algum tipo de deslocamento (viagem, visita, passeio, excursão), promove interação com o meio, vivências, experiências, conhecimento de espaços novos e promove aprendizagem, na prática, do que foi visto (conteúdos curriculares) teoricamente em sala de aula.

Há que se notar, porém, ressalvas em relação ao profissionalismo e a ética das agências de turismo pedagógico, como já destacava Pontuschka, no início dos anos 2000 (2005, 249):

Ao lado das empresas organizadoras de excursões culturais ou ecológicas, existem aquelas que realizam também estudos do meio para escolas particulares. Apesar de existirem algumas empresas que se comprometem com trabalho sério embasado em pesquisa de campo e formando professores para exercer a monitoria, não condizem com objetivos educacionais da escola pública. Por outro lado, existem empresas interessadas tão somente nos lucros que esse tipo de trabalho pode oferecer.

Assim, ao eleger como parceira uma agência de turismo pedagógico, faz-se necessário o entendimento e os procedimentos éticos tanto na área do Turismo como também da Educação, que proporcione uma visão interdisciplinar, qualificada e com experiência no segmento, que têm suas características e singularidades próprias, como, por exemplo, a questão da faixa etária.

O turismo pedagógico pode ser exercido por pessoas de qualquer faixa etária; porém, é comumente associado às crianças e aos adolescentes. Corrobora com esse pressuposto entrevistas com três guias de turismo especializados em turismo pedagógico, os quais citaram que a maior demanda em suas respectivas agências são para estudantes do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio de escolas particulares⁴.

Para o público infantil, há se ter cuidados redobrados com as questões de segurança física, como salientou Kushano (2013, 140) ao conceituar turismo infantil:

É o turismo praticado por crianças e planejado para as mesmas; estejam elas em grupos de sua própria idade ou acompanhadas de pais e/ou responsáveis; sendo os acampamentos de férias, os acantonamentos, a hospedagem em hotéis de lazer e resorts, a diversão nos parques temáticos e a prática do turismo pedagógico as principais atividades relacionadas ao mesmo. Nessa forma de turismo há necessidade de maior supervisão de profissionais, como também, adequação de produtos e serviços para atender as crianças com segurança e qualidade, proporcionando a elas percepção de novas paisagens, desenvolvimento pessoal, conforto, diversão e aprendizados culturais (grifos nossos).

Ademais, pode-se acrescentar que o turismo pedagógico proporciona vivências, aprendizagens, estreitamento de laços familiares, autonomia e sentimento de cidadania.

Para que o turismo pedagógico funcione, é preciso evitar o olhar adulto-cêntrico (Sarmiento 2013; Prout 2005), visto que, para os adultos, o turismo pode representar uma fuga da vida cotidiana, porém para as crianças, é uma

4 Guias especializados em turismo pedagógico da Agência A, de Curitiba – PR em maio de 2024; da Agência B, de São Paulo – SP, em agosto de 2024; e da Agência C, de Campinas – SP, em agosto de 2024, em entrevistas via telefone ou serviço de comunicação por vídeo.

forma de se conectar e explorar o mundo real (Zhong e Peng 2021). Ademais, os adultos com vagas memórias de infância podem ter dificuldade em compreender como as crianças se sentem em relação ao turismo e as posições dos adultos podem ser contrárias às das crianças (Zhong e Peng 2021). As perspectivas das crianças refletem ainda os seus próprios encontros com o mundo, independentemente das influências dos adultos (Sommer et al. 2010).

Ainda é necessário, em cenário global, considerar as opiniões das crianças sobre o turismo pedagógico/educativo. Valorizar essas perspectivas gerará um sentido mais holístico dos encontros turísticos, integrando os aspectos sensoriais, cognitivos, emocionais e comportamentais das crianças e adolescentes (Zhiyong et al. 2024).

Mais do que uma experiência, podemos falar que o turismo pedagógico tem potencial para contribuir com a vivência turística na infância. Partindo do conceito de vivência (em russo, *perejivanie*), que o pensador biolorrusso Vigotski (2010; 2018) e demais pesquisadores do seu grupo criaram, no primeiro quartel do século XX, e, ainda ecoam com grande força na contemporaneidade. Para esse grupo, vivência diz respeito a como cada indivíduo sente, percebe, se relaciona e vivencia uma experiência social e a transforma em própria, singular no seu existir. A vivência constitui-se em processos fronteiros entre o ser singular e suas experiências coletivas, que ao serem reelaboradas, gestam os processos que interferem no movimento de humanização.

Para exemplificar, em uma turma de alunos do 8º ano do ensino fundamental, em visita a um museu, todos experienciaram o mesmo roteiro pedagógico, os mesmos protocolos e as mesmas narrativas. Porém, como cada um, subjetivamente, percebeu e sentiu a experiência, se transpõe para a vivência daquele dia no museu.

Na realidade das escolas públicas brasileiras é sabido que para os estudantes terem aulas fora da escola, há esforços conjuntos (coordenação pedagógica, professores, setor de serviços, entre outros) para a logística em termos de transporte, alimentação, busca de gratuidade ou descontos nas entradas de determinados atrativos e/ou empreendimentos, além de uma carga extra de esforço de professoras e professores, que muitas vezes planejam e operacionalizam tais aulas, por amor.

Importa saber que não há a obrigatoriedade legal da contratação de uma agência de turismo pedagógico, bem como de um guia de turismo cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para as viagens com fins educativos, organizadas por instituições de ensino. Todavia, o conforto, a logística em transportes, alimentação e hospedagem, além da segurança que as agências de turismo pedagógico qualificadas oferecem,

especialmente por terem o acompanhamento durante todo o percurso de um guia de turismo cadastrado, agregam confiabilidade aos envolvidos: escola, professores, estudantes e pais e/ou responsáveis. Nesse sentido, as escolas privadas costumam optar pela contratação de agências especializadas para realizarem suas propostas pedagógicas de aulas passeio e estudos do meio.

Partindo do contexto ora apresentado sobre turismo pedagógico, pensando na importância de se ter políticas públicas para maior acesso ao turismo pedagógico, realizou-se pesquisa documental de três programas e projetos em vigor no Estado do Paraná que direcionam ao tema. Ademais, refletiu-se sobre um Projeto de Lei, em tramitação desde 2023, que propõe o Programa Nacional do Turismo Estudantil.

3. Programas estaduais no Paraná e Projeto de Lei Federal de Turismo Pedagógico/educativo no Brasil: um olhar para a inclusão

As políticas públicas educacionais fazem papel educativo e social, quando buscam a partir de sua essência transformar as escolas, com qualidade, desde a formação inicial e continuada dos professores e das oportunidades iguais para cada aluno, permitindo assim, a transformação da sociedade em todo o Brasil (Soares e Porto 2023).

Por meio das políticas públicas é possível estar em maior consonância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2023), sobretudo no que diz respeito ao Objetivo 3: Saúde e bem-estar (assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar, em todas as idades). E, o Objetivo 4: Educação de qualidade (assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos).

Exemplos internacionais apontam nações que têm investido sobremaneira em Educação, contribuindo assim para o desenvolvimento humano, econômico e social de suas populações. Por outro lado, é corriqueiro, em diversos países, a sua própria população mencionar sobre a desvalorização salarial de professores das redes públicas de ensino, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

Diversos programas e projetos visam contribuir, de alguma forma, com a qualidade na Educação. No Estado do Paraná, selecionou-se três programas: Concurso Agrinho, Ganhando o Mundo e Turismo na Escola, que têm relação com o tema do turismo pedagógico.

Referente ao Programa Agrinho, é considerado o maior programa de responsabilidade social do Sistema da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná (SENAR-PR), e o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação e do Esporte, da Agricultura e do Abastecimento, da

Justiça, Família e Trabalho e do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, bem como com a colaboração das Prefeituras municipais e diversas empresas e instituições públicas e privadas.

O Programa tem mais de 26 anos no Paraná e foi criado com o objetivo de levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural. Possui material didático na área de Português, Matemática, Ciência, Inovação e Ética, entre outros (FAEP 2024).

Uma grande visibilidade do Programa é o Concurso Agrinho. Os vencedores são estudantes e professores selecionados entre os melhores em diversas categorias: Redação, Desenho, Robótica e Programação. Em 2023, foram inscritos mais de 1 milhão de trabalhos, resultando em 1.956 prêmios, tendo participado do concurso um total de 2.831 escolas, 1.953 das quais pertencentes à rede de ensino estadual (FAEP 2024).

Somente na categoria Redação, foram 600 mil redações produzidas por alunos da rede de ensino do estado (Ensino fundamental, 5º ao 9º ano), tendo sido premiados 896 estudantes e professores que, em seus trabalhos, abordaram o tema “Ações que transformam o Mundo”.

A cerimônia do Concurso Agrinho 2023 foi realizada no ExpoTrade, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Foram entregues prêmios entre celulares smartphones, tablets, chromebooks e projetores multimídia, além de três automóveis para os professores vencedores da categoria Experiência Pedagógica.

Assim, os vencedores de todas as regiões do Paraná tiveram a oportunidade de viajarem, em ônibus fretado desde a sua cidade de origem até a capital do Estado e pernoitar em um hotel, no bairro Centro Cívico, junto com um acompanhante. Além do pernoite, receberam as refeições e o voucher para participar do evento, que, em 2023, mais de 3 mil estudantes estiveram presentes e eram dezenas de caravanas de todo o Estado por lá.

O evento é, sobretudo, um ato político, com as principais autoridades discursando para milhares de estudantes e seus pais e/ou responsáveis, além dos professores. Ao todo foram mais de 10 discursos das autoridades presentes que abriram o evento, com a presença e repercussão midiática. Após os discursos, houve um espetáculo do Grupo Felchak, que mesclava teatro, dança e arte circense, cuja tônica era esperar a partir da Educação.

As iniciativas de tal evento têm seus aspectos positivos inegáveis, no entanto, caberia uma reflexão: como seria se utilizassem o mesmo orçamento para incluir o maior número possível de estudantes, com incentivo e recursos financeiros para que todos os estudantes de escolas públicas do 6º ano do ensino fundamental, visitassem, por exemplo, hortas orgânicas comunitárias ou até mesmo criassem uma horta em sua escola ou arredores? Além disso, se

houvessem iniciativas para melhorar o capital físico e estrutural das escolas públicas, com laboratórios para as aulas de Ciências, qual seria o impacto real para um expressivo maior número de estudantes? Ademais, e se muitos mais estudantes pudessem ter a oportunidade de assistir a um espetáculo teatral, como o promovido no dia do evento?

Certamente, como pais, é uma satisfação ver seus filhos receberem um prêmio e uma homenagem. Para os estudantes, também, o sentimento de autoestima fica evidenciado. No entanto, ao pensar no âmbito da inclusão, iniciativas como essa, embora tenham seu valor, acabam sendo memoráveis apenas para os alunos selecionados.

O segundo programa a ser elencado é o “Ganhando o Mundo”, que se define como um programa de intercâmbio criado pelo Governo do Estado do Paraná e oferecido para estudantes, professores e pedagogos da rede pública estadual de ensino.

O Programa de Intercâmbio Internacional Ganhando o Mundo tem como objetivos: aprimorar o repertório cultural e acadêmico, permitir a vivência e experiência na realidade de outros países, desenvolver a autonomia dos estudantes, aperfeiçoar o idioma da língua inglesa, assim como consolidar uma rede de jovens líderes que atuarão nas escolas da rede pública estadual de ensino (Secretaria de Educação do Estado do Paraná 2024). Assim, propicia formação acadêmica em instituições estrangeiras, além de experiências culturais e pedagógicas que possam ser compartilhadas, posteriormente, nos colégios estaduais do Paraná.

Por meio de Edital no ano de 2024, tornou público e estabeleceu os critérios para seleção de estudantes da 1.^a série do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino do Paraná e que, no ano de 2023, estavam regularmente matriculados no 9.^o ano do Ensino Fundamental da referida rede, para participarem do Programa de Intercâmbio Internacional Ganhando o Mundo na modalidade High School, com destino, em 2025, a países de língua inglesa, tais como: Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e Reino Unido

Para concorrer ao Programa Ganhando o Mundo o estudante precisa se destacar tendo as melhores notas no ensino fundamental em escola pública estadual, além de ter participado de programas de monitoria estudantil, ter pontuação alta em atividades de Inglês, entre outros. Ademais, precisa estar cursando o ensino médio em escola estadual.

Os estudantes selecionados permanecem por 6 meses em países de língua inglesa. Se hospedam em casas de família, aprendem o idioma Inglês e voltam com uma bagagem cultural diferenciada, pois para além de turistas, foram intercambistas, no sentido de terem mais tempo para vivenciarem a cultura local. O turista de

intercâmbio⁵ é também um turista pedagógico, com mais tempo e mais possibilidade de compreender os gostos, os costumes, a cultura e o cotidiano de um povo.

É valioso ver estudantes de diferentes classes sociais tendo a oportunidade de realizarem, tão jovens (cursando o primeiro ano do Ensino Médio), programas de intercâmbio cultural. Esses retornam de uma grande aula, conhecendo e vivenciando aspectos que muitas vezes passam despercebidos ao olhar efêmero do turista.

Todavia, há que se refletir sobre o caráter meritocrático de tal programa. Se houvesse orçamento igual ou, melhor, se aumentassem a verba da Educação, para equipar as escolas com laboratórios de comunicação e aprendizagem de línguas estrangeiras, com programas de contraturno, provavelmente os resultados seriam sentidos por um número muito maior de estudantes, que teriam a oportunidade de aprender um idioma estrangeiro em ambiente escolar.

O terceiro e último projeto estadual chama-se Turismo na Escola. Em texto publicado em julho de 2024, a Agência Estadual de Notícias do Governo do Estado do Paraná menciona que o Projeto Turismo na Escola prevê que as escolas atuem com os alunos do 4º ano do ensino fundamental, despertando a reflexão sobre a importância da atividade turística e a valorização dos seus produtos turísticos enquanto fonte de emprego e renda.

Por meio do projeto, os professores recebem uma qualificação da Secretaria Estadual de Turismo para saber quais são os atrativos que “podem ser explorados economicamente com o turismo e os benefícios dessas ações”. Com isso, os docentes fazem trabalhos com os estudantes para que eles conheçam suas próprias regiões e atrativos turísticos e desenvolvam atividades práticas extracurriculares (Paraná 2024).

O então secretário estadual de Turismo, Márcio Nunes, menciona que a proposta é criar uma consciência turística nas crianças. Para o mesmo, há a necessidade de ampliar o diálogo entre o turismo e a educação, começando pela base, fazendo com que os estudantes conheçam a região turística onde residem, cresçam com essa consciência e sejam disseminadores do conhecimento: “as crianças são os maiores dispersores de conhecimento, e despertando o interesse dos estudantes pelo turismo começamos a trabalhar desde cedo para que cada vez mais o turismo seja o protagonista de geração de emprego e renda do futuro”, destaca o referido secretário (Paraná 2024).

Demais autoridades do setor turístico acreditam que o projeto trará excelentes resultados para o turismo a médio e longo prazo, refletindo no amadurecimento

5 Agências de turismo de intercâmbio são comuns no Brasil e no mundo. Na hipermodernidade, o diferencial tem sido quanto a idade. Se até poucas décadas atrás, os programas de intercâmbio eram exclusivos para jovens (a exemplo do Au Pair, que permite candidatas (os) em média até os 27 anos de idade), há um crescente aumento de programas para pessoas 50 + (acima de cinquenta anos).

da região como destino turístico de excelência no bem receber e atender os turistas (Paraná 2024).

Esse programa, assim como vários outros similares em território nacional, pensam as crianças como agentes promotores do turismo. A preocupação maior não é com a vivência cultural das crianças, mas sim, delas entenderem sobre o turismo e a hospitalidade e saberem receber bem o turista, além de futuramente trabalharem com o turismo.

De fato populações locais consideradas hospitaleiras atraem os visitantes e o processo de revisitarem seu município e reputarem positivamente é desejável para a cadeia produtiva do turismo. São fundamentais para o desenvolvimento sustentável do turismo programas e projetos de sensibilização e educação turística junto às comunidades locais. Assim como também são cruciais programas e projetos que eduquem os próprios turistas. Porém, ao envolver crianças, uma visão crítica requer que se reflita sobre o consumo excessivo das paisagens como produtos e sobre o servilismo infantil.

Muito se prioriza os programas e projetos do turismo atrelados à lógica de mercado. Há que se ter uma visão mais pautada não na transformação do território frente ao turismo, mas na transformação das pessoas face ao turismo em um mesmo território (Kushano 2023). Uma iniciativa de fato inclusiva proporia às crianças que tivessem oportunidade de serem turistas em sua região, pelo propósito primeiro de conhecer, vivenciar e ter a experiência de serem visitantes. Muitas crianças residentes convivem com turistas e/ou residentes secundários, mas tiveram poucas ou nenhuma experiência em serem turistas em sua própria região (Kushano 2023).

A título de comparação, a Lei nº 9.990 de 11 de abril de 2023, instituiu o Programa Turismo Pedagógico na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

No Art. 2º O Programa Turismo Pedagógico apresenta os seguintes objetivos:

- I. possibilitar o acesso dos alunos ao acervo cultural, artístico e turístico do Estado do Rio de Janeiro;
- II. propiciar o conhecimento e despertar a valorização e a preservação do patrimônio cultural, artístico e turístico fluminense;
- III. desenvolver conteúdos escolares relacionados à educação patrimonial.

No Art. 3º informa que o Programa Turismo Pedagógico será desenvolvido por meio de visitas dos alunos das escolas integrantes da rede pública estadual a locais de valor cultural, artístico e turístico no Estado do Rio de Janeiro.

Em seu Art. 4º, descreve que as ações do Programa Turismo Pedagógico serão coordenadas pelo órgão estadual responsável pela formulação e execução da

política estadual de educação e inseridas nos projetos político-pedagógicos das escolas. E no Art. 5º que poderão ser firmadas parcerias com instituições públicas e privadas, inclusive para organização e a realização de roteiros de visita.

Por fim, no Art. 6º faculta às unidades da rede estadual de educação do Rio de Janeiro a adesão ao Programa de que trata esta Lei.

A partir dos objetivos do Programa Turismo Pedagógico, pode-se perceber que a essência do mesmo foi articulada, uma vez que menciona desenvolver conteúdos curriculares relacionados à educação patrimonial. Ou seja, não se evidencia, em princípio, que o foco principal seja a sensibilização turística de crianças como embaixadores mirins da hospitalidade no Estado do Rio de Janeiro.

A quarta e última descrição e análise diz respeito ao Projeto de Lei PL 676/2023 cuja emenda: Institui o Programa Nacional de Turismo Educativo – PRONTE, com finalidade de possibilitar visitas monitoradas dos estudantes de escolas públicas ao patrimônio histórico, turístico, paisagístico e ambiental, entre outras providências. Em 14 de setembro de 2024, apresentava a situação: aguardando parecer do (a) relator (a) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Foi apresentado no dia 27 de fevereiro de 2023, pelo Delegado Fabio Costa do Partido Progressista.

No Artigo 2º apresenta os seguintes objetivos do PRONTE (Brasil 2024):

I - possibilitar acesso dos alunos ao acervo cultural, artístico e turístico nacional; II - promover a valorização do patrimônio histórico, turístico, paisagístico e ambiental; III - garantir a democratização das informações culturais, artísticas, turísticas e históricas; IV - desenvolver nos alunos uma compreensão integrada do conhecimento cultural, histórico, artístico e ambiental; V - estimular e fortalecer a consciência crítica sobre a problemática ambiental, cultural e social; VI - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

O Art. 3º. descreve que o PRONTE consiste na realização de visitas monitoradas dos alunos da rede pública de ensino aos parques, praças, ruas, bairros históricos, monumentos, teatro, biblioteca e universidades.

Em seguida ao Art. 3º, o Parágrafo Único, imputa que: Caberá ao Ministério do Turismo preparar roteiros de visitas, por região, bem como escala de participação das escolas no Projeto, de forma que todas as escolas possam participar do programa.

O Art. 4º descreve que as escolas públicas que aderirem ao PRONTE poderão celebrar Termos de Cooperação junto ao Ministério do Turismo com vistas ao recebimento de apoio financeiro na realização de visitas monitoradas dos alunos da rede pública de ensino aos parques, praças, ruas, bairros históricos, monumentos, teatro, biblioteca e universidades. E os parágrafos se referem aos trâmites legais:

§ 1º As escolas públicas deverão formalizar solicitação de apoio financeiro nos termos especificados pelo Ministério do Turismo. § 2º O montante total passível de repasse a cada escola será determinado por ato do Ministério do Turismo.

Finalmente, no Art. 5º informa que o PRONTE será custeado por recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

O PRONTE foi aprovado pelo Conselho Nacional de Turismo, bem como pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil 2024), restando o cumprimento para emendas, entre outras tramitações.

Para o PRONTE, se sancionado for, funcionar, uma das bases é estreitar o diálogo entre o Ministério da Educação e o Ministério do Turismo, assegurando, assim, o que determina a Lei. Ademais, a qualificação de profissionais para o Turismo Pedagógico, contemplando as especificidades de cada região do Brasil (Brasis) deve ser permanentemente atualizada, para que a dinâmica no planejamento e execução de roteiros pedagógicos estejam coerentes com a realidade local e regional. Além disso, as questões orçamentárias precisarão de fluidez para que os trâmites legais sejam atendidos em tempo hábil para a execução do planejamento pedagógico das propostas a que o PRONTE se propõe.

Por meio dos programas e projetos ora apresentados, evidenciou-se que os aspectos de inclusão social precisam ser alargados. Para se ter justiça espacial, a amorosidade espacial deve caminhar junto. Uma amorosidade renovadora, insubmissa, que rompa com as desterritorialidades das palavras e dos movimentos, que permita a efetiva transformação (Lopes 2021). Transformação essa que alcance o maior número possível de pessoas.

Considerações finais

No primeiro quartel do século 21, o turismo de massa permeia centenas de destinos turísticos. Se lá no passado, no século XIX, Goethe chegou a dizer que o mundo inteiro estava viajando, no *modus operandi* atual, estima-se que bilhões de pessoas estejam fazendo turismo ao redor do mundo, conforme dados da Organização Mundial do Turismo. Pode-se dizer que, em linhas gerais, vivenciamos a cultura do Turismo, em contraposição ao Turismo como cultura. O que muitos intitulam de *life style*, ou estilo de vida.

As anotações de viagens, os diários de bordo e os livros com as memórias das viagens dos *grand tourists* deram lugar aos turistas *instagramers*, em alusão aos turistas afoitos por registrarem e postarem tudo nas redes sociais, de uma forma o mais condizente com a estética social hipermoderna. A isso, acrescenta-se um *dress code* elegido para os mais famosos destinos e atrativos turísticos, além de toda uma estrutura no comportamento de viagens. Em princípio, pode-se parecer timers diferentes e até mesmo ambíguos, porém, carregam similitudes, como a motivação pelo status e a necessidade de reconhecimento.

Segmentado, como é a sociedade, o Turismo acolhe turistas com desejos vários. Há os que buscam experiências autênticas, outros diversões em chamados não lugares (lugares pasteurizados, como resorts e parques de diversões, como diria Augé) e tantos outros que encontram, mesmo em viagens a trabalho ou a estudo, tempo para a cultura e o lazer. Desse modo, há um olhar dinâmico para o turismo pedagógico, o turismo estudantil e o turismo de intercâmbio. Esse último, por exemplo, deixou de ser focado em jovens e o mercado vem se expandindo com experiências de intercâmbio para pessoas cinquentenárias.

As políticas públicas para o fomento dessas tipologias de viagens, concretizadas em programas e projetos, como os aqui apresentados, são respiros para a ressurgência, para que haja a possibilidade de viagens para as crianças e adolescentes, de uma forma democratizada, ou não, já que como visto, a meritocracia ainda constitui a premissa. Nesse sentido, há que se ter justiça existencial e amorosidade espacial para que os projetos sejam efetivamente responsivos, no sentido da inclusão social.

O grand tourist da aristocracia parece dar vez ao turista pedagógico atrelado à meritocracia em tais programas. Porém, ainda assim, amplia para as crianças e os adolescentes estudantes de escolas públicas, a oportunidade de sonhar em ser viajante do mundo, posto que viajar continua sendo privilégio das altas classes sociais.

É inegável que programas como o Concurso Agrinho e o Ganhando o Mundo são iniciativas importantes e com potencial para mudar, especialmente o segundo, a vida dos estudantes selecionados. É razoável, portanto, a continuidade dos mesmos, todavia, urge programas e projetos com um olhar inclusivo para iniciativas que abarquem, de fato, uma Educação de qualidade e um turismo pedagógico para todos.

Referências bibliográficas

Andriolo, Arley, Faustino, Evandro. 1999. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. *Turismo: desenvolvimento local*, editado por Rodrigues, Adyr Balastrieri. São Paulo: Editora Hucitec.

Ariès, Phillipe. 1981. *História social da criança e da família*. Tradução: Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

Barretto, Margarita. 1998. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 3ed. Campinas, São Paulo: Editora Papirus.

Barros, Flávia Cristina O. Murbach de. e Vieira, Andreia Maria de S. 2019. A aula-passeio como experiência vivida: Freinet no Ensino Superior. *Rev. Int. de Form.de Professores (RIFP)*, Itapetininga, v. 4, n.4, 79-91. <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/122/69>

Bonfim, Mailane V. de Souza. 2010. Por uma pedagogia diferenciada: uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. *Revista Turismo Visão e Ação*, v. 12, n. 1, 114 – 129. <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056080007.pdf>

Brasil. 2023. Projeto de Lei n.º 676-a, de 2023 projeto de lei n.º 676-a, de 2023. Institui o *Programa Nacional de Turismo Educativo – PRONTE*.

Brasil. 2010. Ministério do Turismo. *Turismo de Estudos e Intercâmbio: orientações básicas*. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo.

Dourado, Luiz F.; Oliveira, João F. de. 2009. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cadernos Cedes*. v. 29, n. 78, 201-215. <http://www.cedes.unicamp.br>>

Federação da Agricultura do Estado do Paraná. 2024. O Programa Agrinho. <https://www.sistemafaep.org.br/agrinho/>

Freinet, Celestian. 1973. *As técnicas Freinet da Escola Moderna*. Tradução: Silva Letra. Lisboa: Editorial Estampa.

Freire, Paulo. 2001. *Política e educação: ensaios*. 5. ed - São Paulo: Editora Cortez.

Geraldi, Wanderley. 2010. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores.

Krippendorff, Jost. 2000. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.

Kushano, Elizabete S. 2013. Turismo Infantil: uma proposta conceitual. *Revista Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 6, n. 1, 124-146. <https://doi.org/10.5380/tes.v6i1.28094>

Kushano, Elizabete S. 2023. *Turismo e Infância*. São Carlos: Pedro & João Editores.

Lefebvre, Henri. 1984. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza Editorial.

Lima, Francielle de. 2014. *Incursões reflexivas sobre o conceito de turismo e a qualificação “pedagógico” no binômio “turismo pedagógico”*. 235 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Turismo). Universidade de Caxias do Sul.

Lopes, Jader Janer M. 2021. *Terreno baldio: um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar Geografias*. Por uma teoria sobre a espacialização da vida. São Carlos: Pedro & João Editores.

Lopes, Jader Janer M. 2008. Geografia das Crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. *Revista Contexto & Educação*, Editora Unijuí. v. 79, n. 23, 65-82. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2008.79.65-82>

Nidelfoff, Maria Teresa. 1979. *A escola e a compreensão da realidade: ensaio sobre a metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Brasil. 2022. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília. <https://odsbrasil.gov.br>.

Paraná. Governo do Estado do Paraná. 2024. *Programa Ganhando o Mundo*. <https://www.ganhandoomundo.pr.gov.br/>

Paraná. Governo do Estado do Paraná. 2024. Agência Estadual de Notícias. Turismo na Escola será inserido em colégios dos Campos Gerais. <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Projeto-Turismo-na-Escola-sera-inserido-em-colegios-dos-Campos-Gerais>

Rio de Janeiro. 2023. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 9.990, de 11 de abril de 2023. Institui o Programa Turismo Pedagógico na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Pontuschka, Nídia N. 2004. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. Editado por Vesentini, José Willian. *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Editora Papirus.

Prout, Alan. 2005. *The future of childhood: towards the interdisciplinary study of children*. New York: Routledge Falmer.

Salgueiro, Valéria. 2002. Grand tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n. 44, 289-310. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200003>

Sarmiento, Manuel J. 2013. A Sociologia da Infância e a Sociedade Contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. Editado por Ens, Romilda e Garanhum, Maryene. *Sociologia da Infância e a formação de professores*. Curitiba: Champagnat Editora PUC PR.

Soares, Marijane de O. e Porto, Ana Paula Teixeira. 2023. As políticas públicas educacionais como instrumentos para a qualidade da educação e a construção de uma nova sociedade no Brasil. *Revista Tecnologias Educacionais Em Rede (ReTER)*, v. 4, n.1, 1–17. <https://doi.org/10.5902/2675995070970>.

Sommer, Dion, Pramling, Ingrid S. e Karsten, Hundeide. 2013. Cuidados e educação na primeira infância: um paradigma de perspectiva infantil. *European Early Childhood Education Research Journal* v.21, n.4, 459 - 475. <https://doi.org/10.1080/1350293X.2013.845436>.

Swarbrooke, John. 2000. *Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos*. v. 3. Tradução: Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph.

Vigotski, Lev S. 2010. *Quarta aula: a questão do meio na pedologia*. Psicologia USP, São Paulo.

Vigotski, Lev S. 2018. *Sete aulas de Pedologia*. Rio de Janeiro: Epapers.

Vergopolan, Roseli; Ujiie, Nájela T. e Pinheiro, Nilcéia Aparecida M. 2016. A formação inicial no curso de pedagogia, Freinet e o Ensino de ciências: ação interdisciplinar e abordagem investigativa, uma construção salutar. *Trilhas Pedagógicas*, v. 6, n. 6, 244-256. <https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/trilhas/volume6/15.pdf>

Urry, John. 1999. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.

Zhiyong, Li; Macaicuo, Bai; Hang, Deng, You Wu e Rui, Cui. 2024. Exploring children's experiences on school field trips from children's perspectives. *Tourism Management Perspectives*. v.51. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2024.101220>

Zhong, Shien e Peng, Hongsong. 2021. Children's tourist world: Two scenarios. *Tourism Management Perspectives*, v.38. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2021.100824>
